

# CNE debate hoje voto do emigrante e "trust fund"

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) vai debater hoje, em sessão plenária, a participação dos emigrantes nas primeiras eleições gerais e multipartidárias agendadas para Outubro próximo no país. Durante o encontro de hoje, os membros da CNE irão, igualmente, debruçar-se sobre a questão do "trust fund" para os partidos políticos em resposta a uma solicitação feita por estes, e estudará o envolvimento de algumas rádios dos países vizinhos na divulgação de informações inerentes ao processo eleitoral e material de educação cívica.

De acordo com o porta-voz daquela instituição, Padre Dionísio Simbe, que ontem nos facultou estas informações, durante a sessão desta manhã poder-se-á tomar alguma decisão em relação à

participação ou não dos cidadãos moçambicanos a residirem no estrangeiro nas primeiras eleições gerais e multipartidárias.

"Este é um tema que vinha sendo discutido há já vários dias, por isso, é possível que se chegue a alguma decisão", disse o Padre Simbe.

Acrescentou, contudo, que se tal decisão não for hoje tomada, poderá ser anunciada brevemente "uma vez que este tema está a ser debatido há vários dias".

Sobre a apreciação a ser feita em relação ao "trust fund" doado pela comunidade internacional, com vista a participação dos partidos políticos nacionais nas eleições de Outubro, a fonte disse que a CNE simplesmente irá ver o que pode fazer para agilizar a sua concessão.

"Nós já temos uma posição clara em relação a esta matéria. Mas como os partidos políticos solicitaram-nos para fazer algo com vista a agilizar este processo, iremos estudar o que realmente podemos fazer para os ajudar" — explicou o porta-voz da CNE.

De referir que após a solicitação feita pela ONUMOZ, para que a Comissão Nacional de Eleições se envolva na definição de critérios de distribuição do referido fundo pelos partidos políticos, esta comissão afirmou, na voz do seu Presidente, Brazão Mazula, não ser de sua competência realizar tal trabalho.

Na ocasião, Mazula disse que a Lei Eleitoral, dispositivo que regula o funcionamento da CNE, não prevê a participação desta instituição na definição de critérios nem na distribuição de dinheiros doados pela comunidade internacional aos partidos políticos.

Este "trust fund" foi criado pelas Nações Unidas e tem como objectivo apoiar as formações políticas nacionais com vista à sua participação na campanha eleitoral a iniciar a 1 de Setembro próximo.

O fundo terá um valor mínimo de 2.8 milhões de dólares americanos e será disponibilizado por doadores individuais da comunidade internacional.

Sobre o terceiro e último ponto da agenda de trabalhos da sessão de hoje, o porta-voz da CNE afirmou que os membros daquele órgão irão estudar a possibilidade de envolver algumas rádios dos países vizinhos na divulgação de

informações inerentes ao processo eleitoral. Estas informações, segundo disse, servirão para dar a conhecer às populações moçambicanas ali refugiadas ou que vivem nas zonas fronteiriças da importância do processo eleitoral na vida da nação.

"Queremos envolver toda a população no processo ora em curso. Para tal iremos enviar todos os esforços a fim de atingir-se este objectivo", disse.

A Lei Eleitoral prevê que a Comissão Nacional de Eleições tome uma decisão sobre a participação ou não dos emigrantes moçambicanos nas eleições de Outubro próximo. Esta questão foi bastante debatida durante a preparação desta Lei Eleitoral, mas como na altura não se chegou a nenhum consenso, o problema foi canalizado à CNE.

Durante estas discussões o Governo defendia a participação deste grupo de cidadãos, enquanto que a Renamo era contrária à participação dos emigrantes nas eleições.